

Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017	12

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Informações financeiras da SOROCRED - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.

O ano de 2018 foi de muitas mudanças e adaptações no mercado e no país, mesmo nesse contexto desafiador, acreditamos que conseguimos evoluir em nosso propósito e em linha com nosso planejamento estratégico de longo prazo, apresentando o crescimento de 17% em nosso faturamento.

Estamos cientes das demandas dos clientes, por atendimento diferenciado e preços cada vez mais atraentes, nesse sentido fomos premiados com 1º Lugar no Raking de Ouvidores do Banco Central, Prêmio Excelência em Contact Center e o 4º Lugar no Prêmio Época Reclame aqui. Nosso consumidor está cada vez mais conectado e exigente, por isso também temos investido fortemente em nossos serviços digitais para melhor atendê-los e focados em priorizá-los em todas as nossas decisões.

Nesse ano nossos resultados foram impactados pelas mudanças regulatórias no crédito ao consumo, nosso plano em andamento é mitigarmos os gaps com a constante melhora no perfil de risco e ganhos de eficiência.

Em continuidade ao nosso plano de profissionalização e engajamento, nossa área de Recursos Humanos tem alcançado seus objetivos na jornada proposta e o sucesso se refletiu através do reconhecimento da certificação de Melhores Empresas para se trabalhar do “Great Place to Work”.

Adentramos 2019 confiantes com a melhora gradual da economia brasileira e certos de estarmos construindo uma plataforma sólida para a sustentabilidade de nosso crescimento no futuro.

Agradecemos nossos colaboradores sem os quais essa trajetória não seria possível, nossos parceiros e fornecedores pela confiança.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 27 de março de 2018, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

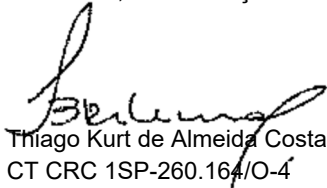
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2019



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2018	2017
Ativo circulante		434.843	443.720
Disponibilidades	4	2.339	4.965
Aplicações interfinanceiras de liquidez		23.116	43.965
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4	23.116	43.965
Titulos e valores mobiliarios		107.677	85.584
Titulos e valores mobiliarios	5	107.677	85.584
Operações de crédito		83.873	121.577
Setor privado	6	117.361	157.123
(Provisão para perdas de crédito esperadas)	7.a	(33.488)	(35.546)
Outros créditos		200.349	174.881
Diversos	8	201.457	176.303
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7.b	(1.108)	(1.422)
Outros valores e bens		17.489	12.748
Outros valores e bens	9.a	7.094	8.457
Despesas antecipadas	9.b	10.718	5.253
Provisão para desvalorização outros valores e bens	9.a	(323)	(962)
Realizável a longo prazo		37.881	29.493
Operações de crédito		27.973	12.308
Setor privado	6	27.973	12.308
Outros créditos		9.908	17.185
Diversos	8	9.908	17.185
Permanente		471	598
Investimentos		-	-
Imobilizado de uso	10	355	442
Outras imobilizações de uso		2.947	3.392
(Depreciações acumuladas)		(2.592)	(2.950)
Intangível	11	116	156
Ativos intangíveis		1.127	1.125
(Amortizações acumuladas)		(1.011)	(969)
Total do ativo		473.195	473.811

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	2018	2017
Passivo circulante		112.839	106.400
Depósitos	12	744	1.615
Depósitos a prazo		744	1.615
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.045	593
Recursos de aceites cambiais	12	1.045	593
Outras obrigações		111.050	104.192
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		187	213
Sociais e estatutárias	13.a	663	2.750
Fiscais e previdenciárias	13.b	1.489	2.590
Diversas	13.c	108.711	98.639
Exigível a longo prazo		314.540	319.739
Depósitos	12	127.809	151.072
Depósitos a prazo		127.809	151.072
Recursos de aceites e emissão de títulos		186.731	168.003
Recursos de aceites cambiais	12	186.731	168.003
Outras obrigações		-	664
Diversas	13.c	-	664
Patrimônio líquido	14	45.816	47.672
Capital		29.614	24.862
De domiciliados no País		29.614	24.862
Reservas		16.202	22.810
Reserva legal		4.175	4.175
Reservas de lucros		12.027	18.635
Total do passivo e patrimônio líquido		473.195	473.811

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2018		2017
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		74.038	174.506	244.483
Operações de crédito	6.e	67.511	158.604	215.750
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	4.498	7.879	16.001
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	-	2.029	8.023	12.732
Despesas da intermediação financeira		(12.836)	(45.331)	(94.860)
Operações de captação no mercado	-	(12.365)	(24.892)	(37.226)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	(471)	(20.439)	(57.634)
Resultado bruto da intermediação financeira		61.202	129.175	149.623
Outras receitas/(despesas) operacionais		(61.179)	(129.058)	(143.336)
Receitas de prestação de serviços	15	36.230	68.536	49.038
Despesas de pessoal	-	(3.457)	(7.720)	(6.490)
Outras despesas administrativas	16	(41.204)	(88.410)	(81.848)
Despesas tributárias	17	(6.427)	(13.328)	(12.421)
Outras receitas operacionais	18	7.598	11.813	9.595
Outras despesas operacionais	19	(53.919)	(99.949)	(101.210)
Resultado operacional		23	117	6.287
Resultado não operacional		(382)	(939)	(1.874)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(359)	(822)	4.413
Imposto de renda e contribuição social	20	510	1.148	(867)
Provisão para imposto de renda		49	-	-
Provisão para contribuição social		49	-	-
Impostos diferidos		412	1.148	(867)
Participações nos lucros - empregados		(33)	(200)	(195)
Lucro líquido do semestre/exercício		118	126	3.351
Juros sobre capital próprio	14.c	(1.544)	(3.135)	(3.234)
Lucro/Prejuízo líquido após juros sobre capital próprio do semestre/exercício		(1.426)	(3.009)	117
Lucro/Prejuízo líquido por ação - em R\$		0,01	0,01	0,15

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2016		22.945	4.169	19.172	-	46.286
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.351	3.351
Destinações	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre o capital próprio	14.c	-	-	(648)	(3.234)	(3.882)
Aumento de capital	-	1.917	-	-	-	1.917
Retenção de lucros	-	-	6	111	(117)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		24.862	4.175	18.635	-	47.672
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	126	126
Destinações	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre o capital próprio	14.c	-	-	(3.599)	(3.135)	(6.734)
Aumento de capital	-	4.752	-	-	-	4.752
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		29.614	4.175	15.036	(3.009)	45.816
Saldos em 30 de junho de 2018	14.a	27.971	4.175	15.036	(1.583)	45.599
Lucro líquido do semestre		-	-	-	118	118
Destinações						
Dividendos/juros sobre o capital próprio		-	-	-	(1.544)	(1.544)
Aumento de capital	14.a	1.643	-	-	-	1.643
Retenção de lucros		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		29.614	4.175	15.036	(3.009)	45.816

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018		2017
		2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido ajustado		(709)	(21.320)	(53.071)
Lucro líquido do semestre/exercício	-	118	126	3.351
Ativo fiscal diferido	7	(412)	(1.148)	867
Depreciações e amortizações	-	56	141	345
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	(471)	(20.439)	(57.634)
Variação de ativos e obrigações		(63.199)	(188)	38.668
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		(41.028)	(22.093)	(17.244)
(Aumento) redução em operações de crédito		22.544	42.477	113.099
(Aumento) redução em outros créditos e outros valores e bens		(22.496)	(22.930)	(45.064)
Aumento (redução) em depósitos		(16.681)	24.134	(5.879)
Aumento (redução) em recursos de aceites cambiais		(25.274)	(19.181)	(3.202)
Aumento (redução) em outras obrigações		19.736	(2.595)	(3.042)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(63.908)	(21.508)	(14.403)
Baixas (aquisição) de imobilizado de uso		(8)	15	(260)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		(8)	15	(260)
Juros sobre o capital próprio		(1.544)	(3.135)	(3.234)
Dividendos		-	(3.599)	(648)
Aumento de capital		1.643	4.752	1.917
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		99	(1.982)	(1.965)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(63.817)	(23.475)	(16.628)
No início do semestre exercício		89.272	48.930	65.558
No final do semestre exercício		25.455	25.455	48.930
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		(63.817)	(23.475)	(16.628)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

A Sorocred - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Instituição”), iniciou suas atividades em 02 de maio de 2002. Em 27 de abril de 2010, foi recebida a aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN) para transformação em instituição financeira, cujas atividades neste novo formato iniciaram em 01 de junho de 2010, sendo o objeto a realização de operações de crédito, financiamento e investimento, bem como, a prática de todas as operações permitidas às instituições financeiras de sua natureza.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, alteradas pelas Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, e a partir de 1º de julho de 2010, as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional, que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Frisamos que a Lei nº 13.169/2015 (conversão da MP 675/15) impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018. Dessa forma, com base em nosso estudo técnico de realização dos créditos tributários, performamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário calculado sobre as bases temporárias projetadas como dedução na base de cálculo da contribuição social até dezembro de 2018.

As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.604/2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis e títulos e valores mobiliários, ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.3. Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil (BACEN), os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

3.4. Operações de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais. As rendas sobre os títulos descontados são apropriadas pro rata dia pelo método linear e as demais rendas de operações de crédito são apropriadas pro rata dia pelo método exponencial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.5. Provisão para perdas de crédito esperadas

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas de crédito esperadas, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

3.6. Outros valores e bens

Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização.

3.7. Despesas antecipadas

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo esses gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros. Este grupo é representado basicamente, por saldos residuais oriundos de comissões pagas a correspondentes, conforme disposto a luz da Resolução CMN nº 4294/2013 e Carta Circular nº 3738/2015.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.8. Imobilizado de Uso

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações, instalações, máquinas e equipamentos e Sistema de Segurança - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20% ao ano.

3.9. Intangível

O Ativo Intangível correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os critérios de registro e tratamento desses ativos são estabelecidos pelo CPC 04 homologado pela Resolução Bacen nº 4.534/2016.

3.10. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.11. Depósitos, recursos de aceites e empréstimos

As operações de captações a prazo, pré-fixados, estão atualizadas e demonstradas pelo valor principal, acrescido dos encargos decorridos até as datas dos balanços patrimoniais e as captações a prazo, pós-fixados, são atualizados pró-rata dia até as datas dos balanços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.12. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 15% no período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de agosto de 2015 e de 20% entre 01 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/2015.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias na base de cálculo destes tributos, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “Outros créditos - diversos” com reflexo no resultado do período, são realizados quando da utilização e/ ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração da Instituição.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3.13. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas mensais, como a mensuração de provisões para perdas de crédito esperadas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

A Administração da Sorocred revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão consubstanciadas na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25 e Carta-circular nº 3.429/2010 do Banco Central do Brasil (BACEN) e são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados; e
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.15. Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.16. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

3.17. Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

3.18. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Instituição.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades	2.339	4.965
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	23.116	43.965
	<u>25.455</u>	<u>48.930</u>

- (a) São registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

Livres	Vencimento	2018	2017
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2018	-	1.346
Títulos públicos federais - LFT	02/03/2020	-	2.553
Títulos públicos federais - LFT	01/09/2021	-	1.049
Títulos públicos federais - LFT	02/03/2022	-	5.068
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2023	10.102	-
Títulos públicos federais - LFT	01/09/2024	24.892	-
Cotas Fundo de Renda Fixa		19.195	6.705
Cotas subordinadas FIDC		-	18.595
Vinculados a Prestação de Garantias			
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2018	-	4.354
Títulos públicos federais - LFT	03/09/2018	-	24.016
Títulos públicos federais - LFT	02/03/2020	12.449	9.144
Títulos públicos federais - LFT	01/09/2021	14.690	12.754
Títulos públicos federais - LFT	02/03/2022	5.393	-
Títulos públicos federais - LFT	01/03/2024	20.561	-
Títulos públicos federais - LFT	02/09/2024	395	-
Total		107.677	85.584

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/2001 do Banco Central do Brasil (BACEN), os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias Livres e Vinculados serão mantidos até o vencimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são assim sumariadas:

a) Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

Setor privado	2018	2017
Capital de giro	1.384	4.615
Crédito consignado - privado	1.310	329
Crédito pessoal	25.197	34.595
Cartão de crédito - rotativo	78.081	63.969
Financiamentos - cartão de crédito parcelado	25.148	23.181
Financiamentos - veículos	14.209	42.327
Financiamentos - outros bens	5	415
	145.334	169.431
Provisão para perdas de crédito esperadas	(33.488)	(35.546)
Curto prazo	117.361	157.123
Longo prazo	27.973	12.308

b) Diversificação da carteira por segmento de mercado

Setor privado	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Indústria	34	0,00	47	-
Comércio	2.259	2	6.968	4
Serviços	620	0,00	1.841	1
Pessoas físicas	142.421	98	160.575	95
	145.334	100,00	169.431	100,00

c) Diversificação da carteira por vencimento (por parcelas)

	2018	%	2017	%
Vencidas a partir de 15 dias	33.932	23	84.678	50
A vencer até 03 meses	77.085	53	44.010	26
A vencer de 03 a 12 meses	29.277	20	28.436	17
A vencer de 01 a 03 anos	4.882	3	12.013	7
A vencer acima de 03 anos	158	-	294	-
Total	145.334	100,00	169.431	100,00

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Diversificação bruta da carteira por nível de concentração

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	1.848	0,57	4.355	3,00
50 seguintes maiores devedores	2.716	0,83	3.902	2,00
100 seguintes maiores devedores	4.106	1,26	6.328	4,00
Demais devedores	136.664	97,34	154.846	91,00
Total	145.334	100,00	169.431	100,00

e) Resultado com operações de crédito

	2º SEM. 2018	2018	2017
Empréstimos	14.571	31.628	94.496
Financiamentos	50.695	110.484	107.136
Recup. de créditos baixados c/ prejuízo	2.245	16.492	14.118
Total	67.511	158.604	215.750

7. Provisão para perdas de crédito esperadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o risco da carteira de clientes estava assim distribuído:

a) Operações de crédito

Nível de risco	Provisão	2018		2017	
		Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
A	0,5	62.498	(312)	80.450	(401)
B	1	7.700	(77)	12.055	(120)
C	3	17.533	(526)	14.242	(427)
D	10	11.080	(1.108)	11.996	(1.200)
E	30	10.457	(3.137)	15.280	(4.584)
F	50	9.718	(4.859)	8.499	(4.250)
G	70	9.596	(6.717)	7.817	(5.472)
H	100	16.752	(16.752)	19.092	(19.092)
	Total	145.334	(33.488)	169.431	(35.546)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Outros créditos - com característica de concessão de crédito

Nível de risco	Provisão	2018		2017	
		Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
A	0,5	175.142	(874)	144.78	(722)
B	1	3.318	(33)	3.149	(31)
C	3	1.538	(46)	1.503	(45)
D	10	78	(8)	154	(15)
E	30	52	(16)	102	(31)
F	50	57	(29)	47	(24)
G	70	50	(35)	30	(21)
H	100	67	(67)	533	(533)
		180.302	(1.108)	150.296	(1.422)

c) Movimentação da provisão

No semestre findo em 31 de dezembro de 2018, a provisão para perdas de crédito esperadas apresentou a seguinte movimentação:

	Operações de crédito	Outros créditos - cartões
Saldo em 31/12/2017	(35.546)	(1.422)
Aumento/ (-) reversão da provisão	(16.579)	(3.860)
Créditos baixados	18.637	4.174
Saldo final em 31/12/2018	(33.488)	(1.108)
Recuperação no período	7.962	-

A provisão para perdas de crédito esperadas está constituída na quantia considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Outros créditos - diversos

	2018			2017		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antec. salariais	5	-	5	29	-	29
Adiantamento p/Pagto Nossa Conta	814	-	814	483	-	483
Cheques a receber	-	-	-	3	-	3
Crédito tributário (21.c)	12.644	9.731	22.375	4.245	16.982	21.227
Devedores por dep. Garantia	-	177	177	-	203	203
Imposto de renda a compensar	49	-	49	8.422	-	8.422
Contribuição social s/ lucro líquido a compensar	1.588	-	1.588	6.743	-	6.743
Outros impostos a compensar	-	-	-	72	-	72
Participações pagas antecipadamente	451	-	451	2.706	-	2.706
Títulos/créditos a receber						
Com caract. conc. de crédito (Nota Explicativa nº 7.b)	180.302	-	180.302	150.287	-	150.287
Sem caract. de conc. de crédito	219	-	219	246	-	246
Valores a receber - soc. ligadas	2	-	2	1.180	-	1.180
Devedores diversos - País	5.383	-	5.383	1.887	-	1.887
Total	201.457	9.908	211.365	176.303	17.185	193.488

9. Outros valores e bens

a) Bens Não de Uso Próprio (BNDU)

	2018	2017
Veículos e afins (a)	6.880	8.250
Imóveis (a)		
(-) Prov. para desvalorização de BNDU (a)	(323)	(962)
Outros valores e bens	214	207
Total de outros valores e bens	6.771	7.495

(a) Refere-se aos bens recebidos em dação de pagamento ou retomados para a liquidação de operações de crédito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Despesas antecipadas

	2018	2017
Comissões antecipadas	8.390	4.750
Outras despesas antecipadas	2.328	503
Saldo final	10.718	5.253

10. Imobilizado de uso

	% - Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2018	2017
Instalações	10%	176	(176)	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	732	(559)	173	215
Processamento de dados	20%	1.945	(1.767)	178	223
Sistema de comunicação	10%	85	(83)	2	4
Sistema de segurança	10%	9	(7)	2	1
		2.947	(2.592)	355	442

11. Intangível

	% - Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	2018	2017
Software - intangível	20%	1.127	(1.011)	116	156
		1.127	(1.011)	116	156

12. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a) Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

Composição por vencimento

Vencimentos (i)	2018			2017
	Depósitos a prazo RDB	Aceites cambiais	Total	Total
Até 03 meses	744	1.046	1.791	734
De 03 a 12 meses	7.057	11.058	18.114	1.474
De 01 a 03 anos	120.752	175.672	296.425	319.075
Curto prazo	744	1.045	19.906	2.208
Longo prazo	127.809	186.731	296.425	319.075
	128.553	187.776	316.329	321.283

(i) As letras de câmbio possuem emissão até 21 de agosto de 2018 e vencimento até 15 de dezembro de 2021 com taxa de remuneração que variam de 90% a 120% do DI, enquanto os RDBs possuem emissão até 10 de janeiro de 2017 com vencimento até 28 de dezembro de 2022 com taxas que variam entre 80% a 120% do CDI.

SOROCRED - CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Composição por segmento de mercado

Segmentos	2018			2017
	Depósitos a prazo RDB	Aceites cambiais	Total	Total
Entidades ligadas	14.242	-	14.242	5.554
Pessoas físicas	42.242	29.190	71.432	65.751
Pessoas jurídicas	72.069	158.586	230.655	249.978
	128.553	187.776	316.329	321.283

c) Concentração por depositante

Concentração	2018			2017
	Depósitos a prazo DPGE/RDB	Aceites cambiais	Total	Total
10 maiores	58.102	155.368	213.470	59.387
50 seguintes maiores	28.350	16.712	45.062	83.006
100 seguintes maiores	14.554	9.826	24.380	58.767
Demais seguintes maiores	27.547	5.870	33.417	120.123
	128.553	187.776	316.329	321.283

13. Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias

	2018	2017
Juros sobre capital próprio constituído, líquido de IRRF	663	2.750
Total	663	2.750

Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	-	15
Impostos e contribuições a recolher	1.489	2.575
Total	1.489	2.590

b) Diversas

	2018	2017
Obrig. por venda ou transferência de ativos financeiros (i)	-	19.560
Provisão para pagamentos a efetuar	586	535
Provisão para demandas judiciais (ii)	526	664
Convênios a pagar - Meios de pagamentos	79.552	57.114
Operações a processar	25.315	18.947
Outras (iii)	2.732	2.483
	108.711	99.303
Curto prazo	108.711	98.639
Longo prazo	-	664

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Obrigações por venda ou transferência de ativos financeiros

Referem-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios em conformidade com a Carta Circular nº 3.360 de 18 de dezembro de 2008 e Resolução BACEN nº 3.533 de 31 de dezembro de 2008.

(ii) Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Instituição está exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão para contingências é estabelecida por valores atualizados, para questões cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as contingências provisionadas estão relacionadas a processos cíveis e trabalhistas, e estão demonstrados a seguir:

Descrição	2018	2017
Processos trabalhistas	200	225
Processos cíveis	326	439
Estelionato	289	411
Restrição de Crédito - Negativação	29	10
Revisão de Contrato	8	18
Total	526	664

Como consequência do andamento destes processos e para fazer face às prováveis perdas, a Instituição possui depósitos judiciais em processos trabalhistas no montante de R\$ 177 (R\$ 203 em 2017).

A movimentação da provisão para demandas judiciais no balanço patrimonial e o seu correspondente efeito no resultado do exercício, pode ser assim demonstrada:

Descrição	2018	2017
Saldo inicial	664	257
(+/-) Provisões/Realizações	(138)	407
(=) Saldo final	526	664

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Perdas possíveis

A Instituição possui ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Descrição	2018	2017
Processos trabalhistas	884	225
Processos cíveis	-	439
Total	884-	664

Outras perdas possíveis

Adicionalmente, a Instituição possui processo administrativo fruto de auto de infração (decorrente de MPF-F 08.1.66.00-2009-00045-7) lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de formalizar crédito tributário relativo ao suposto não recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no último trimestre dos anos-base de 2005 e de 2006.

Os recursos interpostos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) foram providos para declarar a improcedência das autuações, cancelando-se integralmente os débitos tributários respectivos.

(iii) Outras

Substancialmente representado por valores a pagar à instituição Sorocred Meios de Pagamento Ltda., proveniente de repasse a lojistas.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 29.614 e está representado por 29.613.853 (i) ações ordinárias nominativas (24.862.156 em 2017), sem valor nominal.

(i) Aumento de capital por meio da absorção e utilização de créditos relacionados ao pagamento de JCP, aprovado na AGE realizada em 28/09/2018

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Destinações

O estatuto social prevê que do lucro líquido apurado em cada balanço serão destinados:

- 5% para o fundo de reserva legal até atingir 20% do capital social;
- 25% para dividendos aos acionistas, por determinação dos seus acionistas.

c) Juros sobre o capital próprio

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros sobre o capital próprio	3.135	3.234
IRRF sobre JCP (15%)	(470)	(485)
(=) Saldo final	<u>2.665</u>	<u>2.749</u>

15. Receitas de prestação de serviços

	<u>2º SEM. 2018</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tarifas de cadastro	6.729	10.898	5.205
Anuidade cartão de crédito	16.671	32.452	25.819
Tarifas de administração de afiliados	3.420	6.445	5.888
Tarifa limite extra	3.043	6.678	5.819
Comissão de venda de seguros	2.127	4.067	2.846
Tarifas de serv. bx online/pec mig ws	1.072	2.324	1.933
Comissão	2.640	4.422	-
Diversas	528	1.250	1.528
	<u>36.230</u>	<u>68.536</u>	<u>49.038</u>

16. Outras despesas administrativas

	<u>2º SEM. 2018</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Propaganda e publicidade	(4)	(22)	(28)
Comunicações	(3.344)	(7.410)	(6.488)
Manutenção e conservação de bens	(77)	(169)	(62)
Água, luz e energia	(37)	(134)	(215)
Aluguéis	(146)	(330)	(384)
Processamento de dados	(5.360)	(9.586)	(9.648)
Promoções e relações públicas	(127)	(260)	(350)
Seguros	(1)	(2)	(10)
Serviços de sistema financeiro	(3.297)	(5.064)	(7.878)
Serviços de terceiros (a)	(20.096)	(44.964)	(42.693)
Serviços especializados	(2.055)	(4.398)	(1.699)
Transportes	(11)	(25)	(32)
Viagens e estadias	(167)	(356)	(266)
Descontos concedidos	(625)	(2.981)	-
Depreciação e amortização	(56)	(141)	(346)
Outras provisões	(5.801)	(12.568)	(11.749)
Total	<u>(41.204)</u>	<u>(88.410)</u>	<u>(81.848)</u>

(a) Conforme apresentado na Nota nº 22.1, houve um esforço de profissionais para as operações de cartões de crédito, por meio de campanhas de cobranças e renegociações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Despesas tributárias

	<u>2º SEM. 2018</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
COFINS	(4.002)	(8.321)	(9.595)
PIS	(650)	(1.352)	(1.559)
Tributos municipais	(7)	(10)	(10)
Tributos estaduais	(2)	(5)	(6)
Tributos federais e ISSQN	(1.766)	(3.640)	(1.251)
Total	<u>(6.427)</u>	<u>(13.328)</u>	<u>(12.421)</u>

18. Outras receitas operacionais

	<u>2º SEM. 2018</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recuperação de encargos e despesas	2.700	3.634	1.650
Descontos de antecipação	3.080	4.790	3.350
Locação de bens imóveis	-	13	50
Reversão de provisões outras	523	533	1.083
Diversas	1.295	2.843	3.462
Total	<u>7.598</u>	<u>11.813</u>	<u>9.595</u>

19. Outras despesas operacionais

	<u>2º SEM. 2018</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Perdas contingenciais	(121)	(450)	(598)
Comissões a correspondentes	(974)	(4.238)	(6.072)
Perdas decorrentes de fraude	-	(2)	(17)
Prejuízos em op. de venda ou tranf. de ativos financeiros	(47.192)	(86.192)	(92.761)
Diversas	(5.632)	(9.067)	(1.762)
Total	<u>(53.919)</u>	<u>(99.949)</u>	<u>(101.210)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com efeito no resultado do período, considerando as principais movimentações ocorridas pode ser assim demonstrada:

a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado antes do IRPJ e da CSLL e juros sobre capital próprio	(822)	4.413
Participações de empregados nos resultados	(200)	(195)
(-) Juros sobre o capital próprio	(3.135)	(3.234)
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado	<u>(4.157)</u>	<u>(984)</u>
Adições/(Exclusões) ao lucro líquido		
Provisão para perdas de crédito esperadas	(4.413)	(18.092)
Provisão para contingências	(138)	407
Provisão para desvalorização de bens	(639)	(344)
Outras provisões temporárias	-	(2.365)
Outras despesas não dedutíveis	1.606	851
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	<u>(7.741)</u>	<u>(18.559)</u>
Reversão crédito tributário sobre diferenças temporárias	(2.335)	(9.177)
Constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal	3.483	8.352
Outras	-	(42)
Despesa do IRPJ e da CSLL do exercício	<u>1.148</u>	<u>(867)</u>

b) IRPJ e CSLL diferidos sobre adições e exclusões temporárias e prejuízo fiscal

Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e prejuízo fiscal, assim como as obrigações fiscais diferidas, foram constituídos com base nos critérios estabelecidos pelas Resoluções BACEN nºs 3.059/02 e 3.355/06, cujo reconhecimento deve atender de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de 10 anos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Créditos tributários	Saldo 31/12/2017	2018		31/12/2018
		Constituição	Realização	
Provisões de perdas em operações de crédito	12.144	12.781	(14.766)	10.159
Provisões para contingências	299	178	(240)	237
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	8.351	3.483	-	11.834
Outras adições temporárias	433	14	(302)	145
Total dos créditos tributários	21.227	16.456	(15.308)	22.375

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados.

d) Previsão de realização dos créditos tributários

Prazo de realização	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total crédito
2019	5.709	4.568	10.277
2020	68	54	122
2021	26	21	47
2022	26	21	47
2023	26	21	47
Total	5.855	4.685	10.540

Prazo de realização	Prejuízo fiscal		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total crédito
2019	1.315	1.052	2.367
2020	1.315	1.052	2.367
2021	1.315	1.052	2.367
2022	1.315	1.052	2.367
2023	1.315	1.052	2.367
Total	6.575	5.260	11.835

O valor presente dos créditos tributários constituído em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 9.955 (R\$ 9.234 em 2017) para as diferenças temporárias, e de R\$ 10.079 para os prejuízos fiscais, os quais foram calculados com base na expectativa de realização descontada pela taxa média de captação da Instituição, projetada para os períodos correspondentes. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de juros, estimativa de novas operações financeiras e de cartões de crédito, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

A Administração da Instituição possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, considerando a ausência de risco. Essas transações referem-se, principalmente, a prestação de serviços, conforme demonstrado a seguir:

21.1. Transações com partes relacionadas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo circulante/ receitas		
Sorocred Meios de Pagamentos a receber	116	-
Convênio a pagar - Sorocred Meios de Pagamentos (i)	104.867	76.061
Receitas de Repasse. (ii)	6.445	3.350
Despesas S@net	(6.119)	(4.683)
Despesas Cejud	(12.683)	(14.601)
Despesas Alphamoney Promotora (iii)	(20.265)	(19.545)
Aluguel a Pagar Acionistas	(271)	-

- (i) Corresponde às transações de cartões de crédito de clientes a serem repassadas à Sorocred Meios de Pagamentos;
- (ii) Correspondem as taxas cobradas das operações de crédito e cartões;
- (iii) Correspondem aos serviços de promotoria, backoffice e formalização das operações de crédito e cartões.

21.2. Remuneração dos administradores

Os administradores da Instituição são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do período.

O salário atribuído no período ao pessoal-chave da Administração corresponde a R\$ 1.711 (R\$ 1.079 em 2017).

A Administração da Instituição não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a diretoria e administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Gestão de risco

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez a seguir definidos:

- **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados;
- **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do País, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

As informações relativas à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), de que trata a Resolução CMN nº 3.490/2007, e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), definido nos termos da Resolução CMN nº 3.444/2007, bem como os respectivos relatórios de riscos, encontram-se à disposição dos interessados em nosso sítio institucional www.sorocred.com.br, conforme disposições publicadas na Circular nº 3.477/2009 do BACEN.

O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem “hedge” de suas posições ativas e passivas.

A Administração da Instituição para o processo de Riscos são norteadas pela Política de Risco que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Essa política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 e a Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites e da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria. A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Instituição considerou como aceitável a exposição dos riscos e não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Outras informações

23.1. Índice de Riscos (Basileia) e Limites Operacionais

A Instituição encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido, requeridos pela Resolução n° 2.099/1994 do Banco Central do Brasil (BACEN), que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II), cuja apuração do patrimônio líquido de referência e do patrimônio de referência exigido foi alterada pelas Resoluções n° 3.444/2007 e 3.490/2007 do Banco Central do Brasil (BACEN). Dentro deste contexto regulamentar em que a Instituição está inserida, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados por fatores, que variam de 0% a 300%, e um índice mínimo de 8,625% de patrimônio, em relação aos ativos ponderados pelo risco. Este índice em 31 de dezembro de 2018 apresentou nível de 12,87% (13,54% em 2017).

	2018	2017
Patrimônio de Referência (a)	56.604	58.086
Patrimônio de Referência Nível I	56.604	58.086
RWAopad - Risco Operacional	6.253	5.302
RWAjur - Risco de Mercado	1.917	1.149
RWAcpad - Risco de Crédito	29.757	33.245
Patrimônio de Referência Exigido (b)	37.927	39.696
Margem (a-b)	18.677	18.390
Ativo Ponderado pelo Risco (i)(ii)(c)	439.745	472.146
Índice de Basileia (a/d)	<u>12,87%</u>	<u>13,54%</u>

(i) A partir de 1° de janeiro de 2017, através da Resolução n° 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 9,25% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência. A partir de 1° de janeiro de 2018, a apuração ficou em 8,625% do RWA.

(ii) A partir de 1° de janeiro de 2015, através das Resoluções n° 4.728 e 4.192 do CMN, o cálculo da Basileia aplica-se às instituições integrantes do conglomerado prudencial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23.2. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Empresa contratada para auditoria independente das demonstrações contábeis, a Grant Thornton Auditores Independentes não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

23.3. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.